



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Gomes Barbosa nº 803 - Bairro Centro - CEP 36570-101 - Viçosa - MG - www.vicosa.mg.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0139433 - ADM

27 de janeiro de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO EM 27/01/2025 PELO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PARA ADEQUAÇÃO ÀS RECOMENDAÇÕES DO PARECER JURÍDICO.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para formação de Ata de Registro de Preços visando a futura contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de telecomunicações, incluindo a instalação, manutenção, documentação e prestação de serviços técnicos de suporte e reparo de rede de dados para acesso à internet para atender toda a Prefeitura Municipal de Viçosa, conforme os itens descritos adiante:

LOTE ÚNICO								
ITEM	UNID	QUANT.	DESCRIÇÃO	EMPRESA 1 - VALOR MENSAL UNITARIO	EMPRESA 2- VALOR MENSAL UNITARIO	EMPRESA 3- VALOR MENSAL UNITARIO	VALOR MENSAL UNIT. MÉDIO	VALOR TOTAL ANUAL (MÉDIO x QTD TOTAL x 12)
1.	Serviço	150	INSTALAÇÃO E INTERLIGAÇÃO Serviço de instalação, interligação e manutenção de pontos de rede de fibra óptica de 100 Mbps.	R\$ 599,00	R\$ 650,00	R\$ 650,00	R\$ 633,00	R\$1.139.400,00

2.	Serviço	1	CIRCUITO DEDICADO DE INTERNET Implantação, operação e manutenção de circuito de acesso dedicado entre a Prefeitura Municipal de Viçosa e a Internet, com velocidade de 400 Mbps, full duplex, síncrono, disponibilidade 24x7, até 2 circuitos. Incluindo fornecimento de sub-rede com no mínimo 16 endereços IP públicos válidos (14 utilizáveis), com suporte a configuração de NAT pool para uso distribuído desses endereços.	R\$ 5.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 5.666,67	R\$ 68.000,04
3	Serviço	10	HOTSPOT PÚBLICO Provimento de serviço de telecomunicações, incluindo link, instalação, manutenção e suporte técnico, para disponibilizar acesso à internet (hotspot) em praças do município.	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00	R\$ 420.000
4	Serviço	1	FIREWALL UTM Aparelho de firewall UTM em modo NAT, com vazão mínima de 1,5 Gbps, até 1 unidade, devendo suportar balanceamento e utilização de NAT pool com os endereços IP públicos fornecidos.	R\$ 1.583,34	R\$ 1.750,00	R\$ 1750,00	R\$ 1.694,45	R\$ 20.333,40

1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do estudo Técnico Preliminar, assim fica registrado que os itens que se pretende contratar/adquirir especificados neste instrumento são de natureza comum por manterem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, e por conter especificações usuais no mercado.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme decreto nº 5.983 de 26 de dezembro de 2023.

1.3. A Ata de Registro de Preços e Contrato a serem celebrados oferecem maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. O custo total estimado para a contratação é de R\$1.647.733,44 (um milhão, seiscentos e quarenta e sete mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos), ressaltando tratar-se de pregão para formação de Ata de Registro de Preços, ou seja, o Município não é obrigado a contratar imediatamente todo o quantitativo estimado.

1.5. Este quantitativo, considera, como já exposto, não apenas o atendimento das unidades atualmente operantes do Poder Executivo Municipal, mas também a expansão do número de pontos, o incremento na segurança da rede, através da contratação de aparelho de firewall dedicado, e a implementação de hotspots em áreas públicas do Município para acesso gratuito à internet para os cidadãos.

1.5. A previsão da execução inicial do contrato contempla a execução imediata dos itens 2 e 4, bem como a implementação de 65 (sessenta e cinco) unidades do item 1.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A Prefeitura atualmente lida com uma grande diversidade de informações e processamento de dados gerados pelas secretarias, no exercício de suas atribuições. Neste contexto, manter e ampliar a infraestrutura de comunicação de dados com características redundantes bem como configurar toda nossa infraestrutura de datacenter envolvendo questões como Segurança da Informação, Sistema de Gestão de Incidentes e monitoramento, é primordial para dar continuidade aos serviços atualmente disponibilizados à população, criando ainda a possibilidade de capacidade de oferta de serviços.

2.3. Assim, torna-se necessário realizar a locação dos circuitos privados de fibras ópticas, já que a municipalidade não detém em seu quadro de pessoal, profissional habilitado para a realização dos serviços ora solicitados e nem tampouco equipamentos para instalação do objeto, sendo necessário buscar suporte na iniciativa privada, a fim de serem atendidas suas necessidades.

2.4. Diante disso, o presente termo de referência visa a contratação de empresa para realizar a interligação de até 100 unidades remotas separadas da Sede ao Datacenter da Prefeitura Municipal de Viçosa bem como link de internet de alta velocidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação não possui impacto ambiental, assim, não se fazem necessárias adoções de medidas de prevenção ao meio ambiente.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, características ou modelo.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento, de forma parcelada, de acordo com as necessidades do setor.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As prestações de serviço deverão ocorrer nos locais indicados pelo setor requisitante informado na Ordem de Serviço.

5.4. As prestações de serviço deverão ocorrer conforme os locais constantes do Ordem de Serviço, no horário de 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, com comunicação e agendamento prévios pelo telefone (31) 3874-7247 e pelos e-mails dti@vicoso.mg.gov.br e administracao@vicoso.mg.gov.br

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Características mínimas Obrigatórias Rede

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1. Características Mínimas Obrigatórias da Rede

a) Conexão dedicada e permanente, com velocidades descritas na Tabela acima, Full duplex, síncrono, operando 24 horas por dia, 7 dias por semana, utilizando como meio de comunicação, fibra óptica. Os equipamentos que proverão essa conexão são de responsabilidade da CONTRATADA. Deverá ser utilizada a família de protocolos TCP/IP com suporte a todas as suas versões;

b) Fornecimento de conectividade IP – Internet Protocol (velocidade fixa, full duplex, síncrona, simétrica e permanente), que suporte aplicações TCP/IP e proveja o acesso à rede mundial de computadores – Internet;

c) Todo o serviço de Internet deverá ser disponibilizado por meio de conexão direta e exclusiva

da Prefeitura Municipal de Viçosa a um provedor de backbone Internet;

d) Fornecimento de endereços IP's próprios e válidos na Internet – mínimo de 01 (uma) sub-redecom um mínimo de 16 endereços IP Classe C;

e) Possibilidade de prover serviço de hospedagem para DNS secundário;

f) A contratada deverá possuir conexão própria a um PTT – ponto de troca de tráfego-nacional disponibilizando maior velocidade e eficiência na comunicação com a internet. A comprovação deste item dar-se por meio de consulta ao PTT-BR pelo site www.ptt.br.

g) Os equipamentos eletrônicos (ROTEADORES) necessários para a execução do objeto, em REGIME DE COMODATO, devendo prestar serviços de assistência técnica nos equipamentos eletrônicos em comodato num prazo máximo de 04 (quatro) horas após a solicitação;

h) Deverá prover conexões do tipo FULL MESH lógico onde cada ponto da arquitetura de rede é capaz de estabelecer conexão a qualquer outro ponto diretamente através de um círculo lógico, mesmo que não estejam interligados diretamente por um círculo físico;

i) A CONTRATADA deverá fornecer solução de serviço de rede MPLS, com circuitos dedicados de dados;

j) A solução proposta deverá prover funcionalidades inerentes a uma rede ponto a ponto, tais como: a capacidade de suporte a Engenharia de Tráfego e a capacidade de suporte a QoS, sendo que deverão ser atendidos os princípios e requisitos contidos neste Termo de Referência;

k) Deverá ser logicamente independente de qualquer outra rede, não sendo admitido o uso da rede pública internet, conexão discada via rede telefônica pública comutada (RTPC), links por satélite, rádio ou acesso baseado em tecnologia XDSL como parte da conexão entre as unidades;

l) Deverá ser capaz de implementar no mínimo 03 (três) classificações diferentes de QoS, a fim de garantir suporte à solução de convergência de aplicações e possibilitar o compartilhamento de tráfego de voz, dados, vídeo e imagens no mesmo CPE (CustomerPremiseEquipment) do Acesso e a agregação de dinâmica de banda por conexão para, no mínimo, voz, dados, vídeo, aplicações e internet;

m) Em hipótese alguma a EMPRESA CONTRATADA poderá limitar, de qualquer forma, o tráfego à taxa inferior à contratada pela PMV;

n) Os índices de latência dos serviços deverão atender, no máximo, aos seguintes valores: Voz: 100ms; Dados: 200ms; Vídeo: 110ms; Aplicações: 200ms; Internet: 100ms;

o) O jitter (medida de variação do atraso) máximo admitido para os serviços deverá atender aos seguintes valores: Voz: 10ms; Dados: 25ms; Vídeo: 20ms; Aplicações: 25ms; Internet: 25ms.

p) Implementar múltiplas VPNs, no domínio de camada 2 (tunelamento sem criptografia e com criptografia), bem como garantir o roteamento entre elas quando requisitado.

q) A solução proposta deve suportar as especificações IEEE 802. 1p e IEEE 802.1Q;

r) O índice de disponibilidade de cada enlace deverá ser de no mínimo 99,35%. Esta será uma medida mensal. O não atendimento a esse índice implicará em multa por não atendimento ao nível de qualidade de serviço;

s) No prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após a instalação de cada circuito, a CONTRATADA deverá disponibilizar um endereço eletrônico, bem como identificação do usuário e a senha correspondente, onde estarão disponíveis as estatísticas diárias de uso dos enlaces contratados.

t) Deverão estar disponíveis, as estatísticas dos últimos 30 (trinta) dias corridos e o acesso deverá ser controlado;

u) A CONTRADA deverá, obrigatoriamente, fornecer gerência Proativa aos links em 24x7 (vinte de quatro por sete) e fornecer senha a acesso de leitura (SNMP) ao(s) roteador(es) instalados no

momento do ateste do serviço de implantação e configurar a DHCP relay nos roteadores;

v) Para cada link (circuito), os seguintes parâmetros deverão ser monitorados de forma gráfica, via HTTP e/ou HTTPS, e disponibilizados:

w) Estado dos links, interfaces de comunicação e roteadores de borda (Upload e Download);

x) Gráfico de utilização de banda das interfaces WAN.

y) A CONTRATADA deverá disponibilizar o circuito de comunicação de dados (acesso) e outros equipamentos necessários para estabelecer a conexão física com a CONTRATANTE;

z) Além do valor da mensalidade que deverá incluir os custos da conexão física (acesso) e dos equipamentos, a licitante deverá informar o preço global sobre o qual será feito o julgamento. Os custos de ativação e desativação deverão ser diluídos nas mensalidades, não sendo cobrados à parte;

aa) Interfaces de gerenciamento: Web server integrado à plataforma, Telnet, serial e SNMP;

bb) O gerenciamento SNMP (MIB privado) deverá permitir o monitoramento e configuração de todas as funcionalidades disponíveis nas demais interface (Web, Telnet, serial);

cc) Deverá suportar regras para classificação e filtragem de pacotes baseado em endereço MAC, IP, protocolos, VLAN, ToS, CoS, Ethertype, sendo de responsabilidade da contratada a implementação do QOS para que as classes de serviços sejam priorizadas de acordo com as configurações informadas durante a implementação do projeto.

dd) O terminal de assinante deverá permitir a configuração de até 8 (oito) serviços simultâneos, que poderão ser configurados individualmente (VLAN, largura de banda, QoS/SLA, etc.);

ee) Os equipamentos das centrais deverão suportar a função IGMP Proxy e o terminal de assinantes deverá suportar IGMP snooping para o fornecimento de serviços multicast, além disto, deverá suportar a configuração de VLANs específicas para grupos multicast a fim de prover múltiplos planos de serviço que poderão ser configurados independentemente para cada terminal de assinante;

ff) Os equipamentos utilizados no circuito deverão ter comunicação entre si de forma que um ponto consiga acessar o outro ponto;

gg) Em caso de falha no ponto, o software de gestão deverá conter informações sobre interrupção de fornecimento de energia ou/e dados.

hh) A empresa deverá fornecer e configurar uma solução de FIREWALL incluindo o HARDWARE com as configurações necessárias para atender o ambiente proposto. O firewall deverá fornecer IDS/IPS, Web Filtering, AntiVírus Gateway, VPN Site, VPN Cliente, ApplicationControl, AntiSpam, Balanceamento, QOS e Alta Disponibilidade.

ii) A solução deverá atender a quantidade mínima de 1000 usuários e estar dimensionado de acordo com a banda contratada e o ambiente da Prefeitura de Viçosa.

jj) A empresa deverá disponibilizar ferramentas para aplicação da governança interna de gestão de sistemas de telecomunicação, conforme instruções emitidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação do Município, previamente à implementação do objeto.

kk) A empresa deverá fornecer um MODULO DE GESTOR DE ATIVO composto por HARDWARE, DISPLAY E SOFTWARE sendo parte integrante da solução cabendo a CONTRATADA dimensionar a configuração mais adequada para sua solução, além de licenças, contratos e qualquer outra documentação pertinente à solução.

ll) A solução deve possuir um conjunto de recursos que permita ao fiscal do contrato detectar, mapear e gerenciar toda a infraestrutura de rede.

Velocidades Requeridas Nos Circuitos:

mm) Fibra – 100Mbps (cem mega bits por segundo);

nn) Circuito de acesso dedicado a Rede Mundial de Computadores (INTERNET) – 400Mbps

(duzentos megabits por segundo);

oo) Concentrador – o total do concentrador será a somatória dos pontos contratados
(Concentrador Primário PONTO A: R. Gomes Barbosa, 803 – Centro, Viçosa – MG, 36570-000)

6.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS – APARELHO DE FIREWALL UTM

- a) - Vazão de firewall (modo NAT): mínimo de 1,5 Gbps;
- b) - Vazão com inspeção antivírus ativada: mínimo de 600 Mbps;
- c) - Vazão com sistema de prevenção de intrusão (IPS) ativado: mínimo de 600 Mbps;
- d) - Vazão de VPN IPSec: mínimo de 500 Mbps;
- e) - Suporte a mínimo de 300.000 sessões simultâneas;
- f) - Capacidade de no mínimo 20.000 novas conexões por segundo;
- g) - Suporte a mínimo de 200 túneis VPN IPSec simultâneos;
- h) - Suporte a mínimo de 20 usuários simultâneos via VPN SSL, escalável para até 100;
- i) - Mínimo de 5 portas Ethernet Gigabit (GE);
- j) - Mínimo de 4 portas combo GE/SFP ;
- k) - Modos de operação: NAT, transparente (bridge) e misto;
- l) - Suporte a NAT46, NAT64, NAT444, SNAT, DNAT, PAT e Full Cone NAT;
- m) - Suporte a ALG (Application Layer Gateway) para SIP, H.323 e FTP;
- n) - Suporte a no mínimo 6.000 assinaturas de IPS
- o) - Detecção de anomalias de protocolo e análise de taxa de tráfego;
- p) - Atualizações automáticas e manuais do IPS;
- q) - Base antivírus com no mínimo 2 milhões de assinaturas;
- r) - Inspeção de tráfego: HTTP, SMTP, POP3, IMAP, FTP/SFTP;
- s) - Base de filtragem de URLs com mais de 80 milhões de entradas em pelo menos 60 categorias
- t) - Suporte a inspeção de tráfego HTTPS (SSL/TLS);
- u) - Suporte a mínimo de 2.000 aplicações, com filtragem por categoria, tecnologia e risco;
- v) - Integração com bases globais de reputação de Ips;
- w) - Suporte a análise comportamental via cloud sandbox, incluindo tráfego criptografado;
- x) - Suporte a IKEv1 e IKEv2 (RFC 4306);
- y) - Autenticação via certificado digital e chave pré-compartilhada (PSK);
- z) - Modos suportados: gateway-to-gateway, full mesh, hub-and-spoke, túnel redundante;
- aa) - Suporte a NAT-T, XAuth, detecção de peer inativo e proteção contra replay attack;
- bb) - Criptografia: DES, 3DES, AES-128, AES-192, AES-256;
- cc) - Hash: MD5, SHA1, SHA256, SHA384, SHA512;
- dd) - Grupos Diffie-Hellman: 1, 2, 5;
- ee) - Compatível com iOS, Android e Windows;
- ff) - Verificação de integridade do host antes da conexão;
- gg) - Limpeza automática de cache após a conexão;

- hh) - Suporte a L2TP, L2TP/IPSec e GRE/IPSec;
- ii) - Acesso via HTTP, HTTPS, SSH, Telnet e Console Serial;
- jj) - Suporte a gerenciamento centralizado por sistema dedicado;
- kk) - Relatórios com exportação em PDF, envio por e-mail e FTP;
- ll) - Logs criptografados com verificação de integridade;
- mm) - Suporte a Syslog e sistemas de auditoria;
- nn) - APIs abertas para integração com SIEM, SOC etc.;
- oo) - Suporte a fonte redundante;
- pp) - Suporte a NAT pool disponível na entrega do objeto, ajustável para uso balanceado de todos os IPs disponibilizados.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo senhor(a) Giancarlo Santos Mendonça Júnior, de acordo com o decreto municipal nº 5.983/2021.

7.7. A Gestão do contrato deverá ser acompanhada pelo gestor da Secretaria Municipal de Administração, Edson Rodrigues de Nério, nomeado pela portaria nº 14/ADM/2025, ou pelos respectivos substitutos, de acordo com o decreto municipal nº 5.983/2023.

8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. A vigência desta contratação será de 12 (doze) meses, iniciando a partir da data da assinatura do contrato.

8.2. A prorrogação se dará nos termos dos artigos 106 e 107 da lei 14.133/2021, prorrogável anualmente no prazo máximo de (10) dez anos.

8.3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente. O licitante vencedor terá o prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** para assinatura do contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sendo previsto o reajustamento do contrato na cláusula sétima da minuta do contrato, documento anexo a este edital.

9. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta (art. 92, XVI da Lei 14.133/2021);

9.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pelo fiscal do contrato, em estrita observância das especificações do Aviso de Dispensa de Licitação e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, quantidade, preço unitário e total;

9.3. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.5. O dever previsto no item anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, o produto com avarias ou defeitos;

9.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação; 16.2.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato, caso haja;

9.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.10. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.11. Demonstrar situação regular junto ao INSS, FGTS e Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como não apresentar débitos trabalhistas

9.12. Considera-se, também, as obrigações das partes previstas na minuta do Contrato anexa ao Edital, ressalvando que, mesmo que a Minuta do contrato seja substituída por outro instrumento, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, as obrigações ali previstas serão aplicadas na presente licitação.

10. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES: DA CONTRATANTE

10.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

10.2. Comunicar ao contratado, de imediato, qualquer irregularidade verificada na execução do objeto;

10.3. Designar servidor para o contrato, o qual ficará responsável pela fiscalização;

10.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.5. Pagar à contratada o valor resultante do fornecimento dos bens, na forma e no prazo estabelecido no contrato;

10.6. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.7. Promover, por seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

10.8. Considera-se, também, as obrigações das partes previstas na minuta do Contrato anexa ao Edital, ressalvando que, mesmo que a Minuta do contrato seja substituída por outro instrumento, nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021, as obrigações ali previstas serão aplicadas na presente licitação.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

11.1. O Controle e acompanhamento da execução do objeto deste Termo obedecerá às normas contidas na Lei Federal nº 14.133 de 2021, bem como a exigência do edital, sem prejuízo a outros instrumentos adotados pela contratante para o fiel cumprimento das condições estabelecidas para a aquisição.

11.2. A Fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica em responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da lei 14.133, de 2021.

11.3. A conformidade do material a ser fornecido deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.6. Da gestão e fiscalização do contrato

11.6.1. A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei nº 14.133/2021 e nos termos do Decreto Municipal nº 5.983/2023.

11.6.2. Para exercer a função de **fiscal** do contrato fica designado **o servidor Giancarlo Santos Mendonça Jr., Diretor de Tecnologia da Informação do Município.**

11.6.3. Para exercer a função de **gestor** do contrato fica designada **o servidor Edson Rodrigues de Nério, assistente administrativo do Departamento de Recursos Humanos , conforme Portaria Nº 14/2025/Adm.**

11.7. Subcontratação

11.7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

11.7.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão da complexidade do objeto.

11.8 Dos critérios de medição e pagamento

11.8.1. A medição dos serviços deverá observar a quantidade efetivamente implementada e executada para cada respectivo item, conforme ordem de serviço a ser emitida mensalmente pelas Secretarias responsáveis.

11.8.2. A aferição do cumprimento dos requisitos mínimos de funcionamento será realizada mensalmente pelo fiscal do contrato, previamente à emissão da ordem de serviço, conforme especificações descritas no item 6 deste Termo de Referência.

11.8.3. Verificado eventual descumprimento dos requisitos de funcionamento, o fiscal do contrato deverá informar a unidade responsável para que a ordem de serviço seja emitida apenas para os serviços e quantidades prestados satisfatoriamente, encaminhando-se o registro das infrações à Diretoria de Compras e Licitações para tomada das providências cabíveis.

11.8.4. Após a emissão da ordem de serviço e da equivalente nota fiscal/fatura pela contratada, a autoridade responsável pela unidade deverá atestar a compatibilidade entre os valores e serviços da OS e do faturamento, encaminhando-as para pagamento.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. Quando houver a exigência da entrega de amostra deixar de apresentá-la; ou

12.1.2.5. Quando houver a exigência da entrega de amostra, apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.2. Quando houver a exigência da entrega de amostra, apresentar amostra falsificada ou

deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida no percentual de 15% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de até **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1 e 12.1.2, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas no item 12.1.3, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.4.3. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4 a 12.1.8, a multa será de 15% (quinze) do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade

promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

13.2. Exigências de habilitação: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

13.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.3.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.3.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.3.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta [Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

13.3.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária (SA): inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.3.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3.8. É permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

13.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

13.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

13.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

13.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) A empresa licitante deverá possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado:

b) A empresa licitante deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre ter executado serviços compatíveis em características, quantidades e prazos aos serviços referentes ao objeto da licitação.

c) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentados em papel timbrado, com nome, CNPJ, endereço do Contratante, identificação da assinatura e telefone para contato com o declarante.

d) A Empresa deverá apresentar registro na ANATEL.

e) A LICITANTE deve possuir registro de AS (Sistema Autônomo) nas organizações internacionais de registro, como ARIN (American Registry for INTERNET Number) e LACNIC (Registro de Endereçamento de INTERNET para América Latina e Caribe). A CONTRATADA deverá apresentar documentos das organizações internacionais de registro que comprovem o registro de AS (Sistema Autônomo) requerido;

f) A LICITANTE deve possuir PoPs (Pontos de Presença), isto é, pontos de acesso em que a

CONTRATANTE se conecta à Internet, em no mínimo 3 cidades nacionais.

g) Certidão vigente de registro e quitação no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da empresa e de seus responsáveis técnicos, incluindo necessariamente em seu quadro Técnico, no mínimo 01(um) Engenheiro, sendo, 01(um) Engenheiro Eletricista ou Engenheiro Eletrônico ou Engenheiro de Telecomunicações.

h) Será considerada inválida a certidão que não apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa, conforme Resolução nº 266/79, do CONFEA.

i) A comprovação do vínculo dos profissionais exigidos neste Termo com a CONTRATADA deverá ser feita de uma das seguintes formas:

- Contrato social; ou
- Registro na carteira profissional; ou
- Ficha de empregado ou contrato de trabalho.

14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRAÇÃO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. A solução visa contemplar a demanda de todos os órgãos da Administração Municipal.

14.2. Como requisito da contratação tem-se que o fornecimento deverá se dar de forma parcelada, vez que, se trata de compra baseada no sistema de registro de preço.

14.3. Os requisitos da contratação são as condições indispensáveis para a solução atender à pretensão contratual. Portanto, será exigida a HABILITAÇÃO JURÍDICA, DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, que são as usuais para generalidade dos objetos, conforme disciplinado no art.62, inciso I, II, III e IV da lei 14.133.

15. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1. Aplica-se no que couber o Decreto Municipal 5.983/2023 e de modo subsidiário a Lei Federal 14.133/2021.

15.2. Este Termo de Referência se vincula ao Edital licitatório que lhe deu causa e por conseguinte a todos os documentos relacionados a realização desta licitação como o DFD, ETP, contrato e demais documentos que vierem a surgir.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 A dotação orçamentária para acobertar as despesas implicadas na contratação é a nº 19.122.0001.2.362-339039, ficha nº 136.

Viçosa - MG, data da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Inacio Cunha e Souza Gomes, Secretário de Administração**, em 27/01/2026, às 17:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.vicosa.mg.gov.br/autenticador> informando o código verificador **0139433** e o código CRC **6267AFD9**.